



EDITAL

N.º 01/2023

António José Monteiro Machado, Presidente da Câmara Municipal de Almeida:

Torna público que, em cumprimento do disposto no nº. 1 do artigo 56º., do RJALEI (Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 03 de janeiro do corrente ano, foram tomadas as seguintes Deliberações:

1. Aprovar as Atas nºs. 21 e 22 da Câmara realizadas em 06 de dezembro e 20 de dezembro de 2022, respetivamente;
2. Autorizar a transmissão e averbamento da Licença de Exploração de Pedreira denominada "Portugal 2", sita em Nave Calçada / Palácios – União de Freguesias Malpartida e Vale de Coelha, Concelho de Almeida, para a empresa AireLimestones, Lda., com sede em Ataija de Cima – Aljubarrota;
3. Aprovar a Proposta de Adoção de Objetivos Plurianuais – Objetivos Estratégicos – SIADAP, para o biénio 2023/2024.

Para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares habituais estabelecidos na Lei, por cinco dias (úteis) dos dez dias subsequentes à data do presente.

Almeida, 03 de janeiro de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Eng.º. António José Monteiro Machado)



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

Ata Nº 1

de 03 de janeiro de 2023

(N.º 1 do Artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

ABERTURA

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta Vila de Almeida, foi realizada a reunião ordinária, sob a Presidência do Senhor António José Monteiro Machado, estando presentes os Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Alcino Miguel dos Santos Morgado, Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho e Maria de Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto para o período de antes da ordem do dia:

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena, alertou a pedido de alguns utentes para serem feitas pequenas reparações nas Piscinas de Almeida que já perduram há algum tempo, nomeadamente a substituição de um vidro que se encontra partido na janela do corredor, a colocação de um mosaico no chão também do corredor e a melhoria da iluminação exterior, porque de noite e como as piscinas são frequentadas por pessoas de idade algum dia pode ocorrer ali um acidente, porque a visibilidade é quase nula, tendo em conta que as luminárias que existiam eram fraquinhas e só iluminavam o sítio e agora apenas existe uma em funcionamento o que faz com que não se veja quase nada e como existem pedras e areia no local o perigo é eminente.

O Senhor Presidente tomou boa nota do alerta, dizendo que as reparações iriam ser feitas.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves reforçou os pedidos que estão refletidos nas atas e as respostas que o Senhor Presidente lhes deu, esperando que as mesmas aconteçam o

quanto antes, tendo em conta que alguns deles são prioritários para poderem ajuizar, avaliar e participar do futuro próximo.

O Senhor Presidente disse que o fará logo que seja possível.

ORDEM DO DIA

- ATAS:

- Aprovação das Atas n.º 21 e n.º 22;

- DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

Conhecimento - 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 e 14.ª Modificação aos Documentos Previsionais;

- LICENCIAMENTO DE PEDREIRAS:

Transmissão da Licença de Pedreira denominada "Portugal 2";

- SIADAP:

- Proposta de Adoção de Objetivos Plurianuais – Objetivos Estratégicos - 2023/2024;

- ATAS:

- Aprovação das Atas n.º 21 e n.º 22;

O Senhor Presidente colocou à apreciação e aprovação a ata número 21, respeitante à reunião ordinária do dia 06 de dezembro de 2022, tendo sido dispensada a sua leitura, uma vez que a mesma foi oportunamente enviada aos Senhores Vereadores.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena chamou a atenção para a existência de um pequeno lapso que depois de identificado e corrigido foi a referida Ata, aprovada, por unanimidade.

Seguidamente o Senhor Presidente colocou à apreciação e votação a Ata número 22, respeitante à reunião ordinária do dia 20 de dezembro de 2022, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

- DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

- Conhecimento - 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022 e 14.ª Modificação aos Documentos Previsionais;

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento dos despachos exarados no âmbito da Delegação e Subdelegação de Competências previstas no artigo 34º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, respeitantes à 14ª Modificação aos Documentos Previsionais e 11ª Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022.

O Senhor Presidente esclareceu que se trata de uma alteração de final do ano para se fazerem ajustes a nível de pessoal e de algumas aquisições de bens e serviços que foram anulados e colocados na parte do pessoal.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena perguntou se alguns valores que foram anulados a nível de ordenados e subsídios, correspondem a funcionários que, entretanto, se reformaram.

O Senhor Presidente esclareceu que, se esperava que alguns dos concursos estivessem finalizados em setembro de 2022, mas que ainda estão a decorrer daí a justificação.

- LICENCIAMENTO DE PEDREIRAS:

Transmissão da Licença de Pedreira denominada "Portugal 2";

Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 03 de 08 de novembro de 1999, a que corresponde o Alvará número 02 de 2000, respeitante à Pedreira número 6209, denominada "Portugal 2".

Do referido processo consta um requerimento da firma AireLimestones, Lda., com sede na Rua dos Arneiros 2460 – 713 Ataija de Cima – Aljubarrota, datado de 24 de novembro de 2022, solicitando autorização para que a referida pedreira seja averbada em seu nome para a respetiva exploração.

Sobre o assunto foi presente uma informação da Chefe de Divisão Lénia Fortunato, na qual refere que:

"Analisados todos os documentos apresentados pela empresa AireLimestones, Lda. para a transmissão da licença da Pedreira denominada "Portugal 2" com o número de licença de exploração 2/00 e com o número de pedreira 6209, verifica-se o seguinte:

- A Pedreira em causa tem uma Licença de Exploração com o número 2/00 para a empresa "Granitos Iberolusos, Lda. Sociedade Comercial por Quotas";

- A Licença de Exploração foi transmitida da empresa acima mencionada para os proprietários do terreno, o Senhor José Pereira Pires e esposa Dulce Vieira Henriques;

- Neste momento a empresa AireLimestones comprou os artigos 345 e 346 onde se insere a pedreira aos proprietários José Augusto Maia de Frias e esposa Ana Maria Gomes Tomás Frias e José Henriques Pires, sendo que este é herdeiro de José Pereira Pires.

- Assim e pelo acima descrito e considerando que, uma vez que a Pedreira em causa se encontra abandonada, é importante autorizar a Transmissão e Averbamento da Licença para a empresa que o requiere."

O Senhor Presidente disse que a Câmara tem vindo a ser procurada para a reabertura de algumas pedreiras e neste caso de acordo com a informação técnica antes transcrita, trata-se da transmissão da licença já existente para a empresa AireLimestones, Lda..

Mais informou que algumas pedreiras também têm sido adquiridas por empresas locais que estão a laborar e que a empresa em questão se encontra em condições de avançar e até de alargar a produção e para melhorar o investimento terão de adequar as edificações que pretendem fazer de acordo com a Lei, tendo já havido reuniões nesse sentido.

Mais referiu o Senhor Presidente que no caso em apreço o que terá de se deliberar é a autorização da transmissão e averbamento da licença para a empresa AireLimestones, Lda.

Em face da informação prestada a Câmara, deliberou, por unanimidade, autorizar a transmissão e averbamento da licença para a empresa AireLimestones, Lda.

- SIADAP:

- **Proposta de Adoção de Objetivos Plurianuais – Objetivos Estratégicos - 2023/2024;**

O Senhor Vereador Alexandre interrompeu o Senhor Presidente para solicitar que este ponto fosse retirado da ordem do dia tendo em conta a documentação que lhes foi enviada e o documento em si. Perceberam a organização do mesmo, contudo, só com aquela documentação não estão em condições de avaliar o documento na sua essência. Razão pela qual não têm relações comparativas para perceberem se os objetivos que lhes são lançados em termos estratégicos para este procedimento estão alcançados com o passado em termos de prossecução, ou seja, o SIADAP obriga-os a uma série de procedimentos e ele próprio é um procedimento muito complexo e muito amplo naquilo que são os diferentes setores de atividade, com os objetivos estabelecidos na “coisa” da gestão dos Serviços Públicos. Portanto a informação dos Senhores Vereadores ainda que tenham por bom princípio que os objetivos agora propostos sejam os que servem os interesses do Município, em termos do que lhes é proposto, em termos comparativos os resultados alcançados nos anos transatos desta prática e gostariam de a ter.

O Senhor Presidente disse que não consegue perceber, porque estes são os objetivos que a Câmara pretende implementar para os próximos dois anos, e são os objetivos estabelecidos para a Câmara Municipal os definir e que hão-de servir de base para se elaborarem os objetivos das várias Direções e Divisões Administrativas, para depois cada uma delas fazerem os objetivos próprios de cada trabalhador.

O Senhor Vereador Alexandre disse que concordam totalmente, contudo, solicitam os resultados desse exercício.

O Senhor Presidente explicou que esses resultados só irão aparecer em março ou abril e não se irá esperar por eles.

O Senhor Vereador referiu que existem os resultados de anos anteriores referentes a esta prática e são esses resultados que pretendem.

O Senhor Presidente disse que estes são os objetivos para a Câmara Municipal e que podem ser discutidos individualmente, mas os resultados dos objetivos anteriores só irão ser apresentados em março ou abril.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves disse que de qualquer das formas o que lhe estão a pedir é precisamente isso, o Senhor Presidente pode até enumerar um a um, mas o que pretendem não é só do ano transato, mas sim de todos os outros a que não têm acesso, por forma a perceberem se a prossecução dos objetivos e o desejo de os alcançar é pertinente.

A Chefe de Divisão Laura Baltazar pediu para explicar que salvo erro os objetivos anteriores estão no regulamento da Organização de Serviços em termos estratégicos, tendo sido publicitados.

O Senhor Presidente disse que a sua proposta será a de discutir um a um, até porque os objetivos são transcendentais para se aprovar e nos próximos quinze dias se irá ter trabalho para realizar sobre estes objetivos, mas se não concordarem com algum e houver esta discordância global far-se-á, caso contrário irá continuar-se a fazer o trabalho.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves disse que gostariam de ter uma documentação mais detalhada sobre o passado desta prática e não a tendo neste momento o documento é colocado a votação, tendo eles uma declaração de voto para apresentar explicando a respetiva posição. Estão abertos a discutir os objetivos e ouvir o que há para dizer, mas há a solicitação que querem o histórico anterior.

O Senhor Presidente disse que continua a não perceber o que querem, perguntando se querem conhecer os objetivos estratégicos que estavam no passado.

Os Senhores Vereadores, responderam que sim, bem como, os respetivos resultados da sua implementação.

O Senhor Presidente respondeu que esses só em abril, tendo os Senhores Vereadores dito que tudo bem, mas os correspondentes ao último biénio.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves referiu que o que eles pretendem é conhecer a evolução e na Declaração de Voto o que pedem é que os resultados em termos da transição e aplicação, sejam mapeados os objetivos desde o início do anterior mandato o que para eles é muito importante perceber isso, mesmo em termos de evolução naquilo que são os serviços públicos prestados por todos os organismos da Autarquia e perceber se eles estão verdadeiramente a ser eficazes e para se ter esse princípio verdadeiramente balizado naquilo que é a sua defesa.

O Senhor Presidente perguntou se existe algum objetivo que não esteja de acordo com o espetável ou com alguma coisa.

O Senhor Vereador respondeu que não sabe porque, também não sabem como o passado foi concretizado e é só por isso.

O Senhor Presidente disse que na sua maneira de ver, os objetivos definem a estratégia dos projetos mais importantes, que este Executivo considera para poder realizar e colocar em funcionamento e mexem em todos os objetivos que pretendem alcançar, inclusive para a melhoria da prestação de serviços de cada uma das Divisões que compõem o Organograma da Câmara Municipal. Pensa que também está colocada no documento e em todas as áreas trabalho para ser realizado e ser colocado o documento aprovado, em condições de ser definido pelo Presidente da Câmara, definindo objetivos de cada uma das Divisões e cada uma destas por sua vez definir os objetivos de cada um dos funcionários, sendo esse o trabalho que se compromete fazer com base na proposta de objetivos que apresenta e nela estão vertidos os que pensa alcançar para o biénio 2023/2024 e não só porque alguns deles irão certamente continuar.

O Senhor Vereador Alexandre Gonçalves disse acreditar que alguns deles também já venham do exercício anterior e é só nesse sentido que estão nesta posição.

O Senhor Presidente disse que estão em condições de os votar e serem hoje aprovados, ou não, mas se tiverem algum objetivo que queiram introduzir, é só uma questão de apresentarem uma proposta que será colocada a votação.

Em termos dos princípios o Senhor Vereador Gonçalves referiu que à partida os tomam todos como legítimos em termos do que são as intenções e os objetivos que são apresentados, não conseguem é balizá-los em função dos objetivos anteriormente lançados sem saberem qual foi a sua aplicação e resultados porque não têm essa informação e por isso é que pediram a exclusão deste ponto da ordem do dia para que na próxima reunião pudessem já com a informação completa com os exercícios anteriores, poderem ajuizar de melhor forma esta situação, contudo, se o Senhor Presidente insistir em levar a Proposta de Adoção de Objetivos Plurianuais SIADAP – 2023/2024 a votação, apresentarão uma Declaração de Voto, porque não se sentem à vontade para avaliar com rigor e critério a proposta em apreço, quando não sabem se os objetivos anteriormente alcançados sob uma estratégia que acreditam tal como o Senhor Presidente disse que, se prolonga no tempo estão concretizados ou em vias de concretização, para lhes permitir que nos próximos dois anos se atinjam os agora propostos.

O Senhor Presidente colocou a Proposta de Adoção de Objetivos Plurianuais SIADAP e os Objetivos Estratégicos, a votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria.

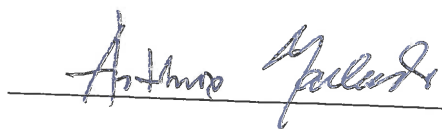
Votou a favor o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente Alcino Morgado e a Senhora Vereadora Maria de Nazaré Ribeiro.

Votou contra o Senhor Vereador Alexandre Gonçalves e a Senhora Vereadora Catarina Vilhena, tendo apresentado a Declaração de Voto de Vencido que aqui se dá inteiramente por reproduzida e faz parte integrante desta ata em anexo.

ENCERRAMENTO

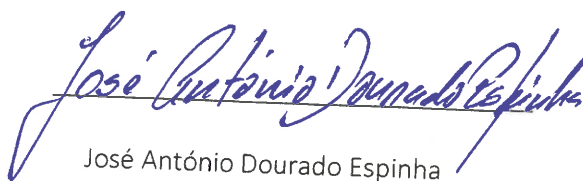
As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata. Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10:00 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente e por mim, José António Dourado Espinha, Técnico Superior da Divisão Administrativa e Financeira, que a subscrevi.

O Presidente da Câmara



Eng.º António José Monteiro Machado

O Técnico Superior



José António Dourado Espinha

Declaração de Voto

Os Vereadores do Partido Socialista, Alexandre Gonçalves e Catarina Vilhena, após a recusa em ser excluída da ordem de trabalhos o ponto: "SIADAP – Proposta de Adoção de Objetivos Plurianuais – Objetivos Estratégicos – 2023/2024", por considerarem insuficiente a informação que acompanha a enunciação desta matéria, que carece de relatórios completos e detalhados nos seus diferentes setores, quanto à execução deste procedimento, tão importante na gestão dos serviços públicos, votam contra.

Solicitamos que os relatórios e resultados dos anos transatos, desde o início do primeiro mandato do Senhor Presidente, nos sejam facultados, para com rigor e critério sermos capazes de avaliar e constituir opinião, na essência do nosso papel político.

Almeida, 3 de Janeiro de 2023

